



Revista de Saúde Pública

ISSN: 0034-8910

revsp@usp.br

Universidade de São Paulo
Brasil

Barradas Barata, Rita; Sampaio de Almeida Ribeiro, Manoel Carlos; Pereira da Silva,
Zilda; Ferreira Antunes, José Leopoldo

Classe social: conceitos e esquemas operacionais em pesquisa em saúde

Revista de Saúde Pública, vol. 47, núm. 4, agosto, 2013, pp. 647-655

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67240207001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Rita Barradas Barata^I

Manoel Carlos Sampaio de Almeida Ribeiro^I

Zilda Pereira da Silva^{II}

José Leopoldo Ferreira Antunes^{II}

Classe social: conceitos e esquemas operacionais em pesquisa em saúde

Social class: concepts and operationalization models in health research

RESUMO

Discute-se a utilização do conceito de classe em pesquisas em saúde, as diferentes abordagens sociológicas de estratificação social e de estrutura de classes, o potencial explicativo do conceito em estudos de determinação social e desigualdades em saúde, os modelos de operacionalização elaborados para uso em pesquisas sociológicas, demográficas ou de saúde e os limites e possibilidades desses modelos. Foram destacados quatro modelos de operacionalização: de Singer para estudo da distribuição de renda no Brasil, adaptado por Barros para uso em pesquisas epidemiológicas; de Bronfman & Tuirán para o censo demográfico mexicano, adaptado por Lombardi et al para pesquisas epidemiológicas; de Goldthorpe para estudos socioeconômicos ingleses, adaptado pela Sociedade Espanhola de Epidemiologia; e o modelo de Wright para pesquisa em sociologia e ciência política, também usado em inquéritos populacionais em saúde. Em conclusão, conceitualmente cada um dos modelos apresentados é coerente com a concepção teórica que os embasam, mas não há como optar por qualquer deles, descartando os demais.

DESCRIPTORES: Classe Social. Condições Sociais. Modelos Organizacionais. Ciências Sociais. Inquéritos Epidemiológicos.

ABSTRACT

This article discusses the use of the concept of class in health research, different sociological approaches to social stratification and class structure, and the explanatory potential of the class concept in studies on social determinants and health inequalities. It also elaborates on the operationalization models that have been developed for use in sociological, demographic, or health research, as well as the limitations and scope of these models. Four main operationalization models were highlighted: the model developed by Singer for studies on income distribution in Brazil and adapted by Barros for use in epidemiological research, the model of Bronfman and Tuirán to study the Mexican demographics census and adapted by Lombardi for epidemiological research, the model proposed by Goldthorpe for socioeconomic studies in the UK and adapted by the Spanish Society of Epidemiology, and the model proposed by Wright for research in sociology and political science, which has also been used in population surveys in health. In conclusion, each of the models presented is consistent with their underlying theoretical concept, precluding the selection of one model over the others.

DESCRIPTORS: Social Class. Social Conditions. Models, Organizational. Social Sciences. Health Surveys.

^I Departamento de Medicina Social. Faculdade de Ciências Médicas Santa Casa de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil

^{II} Departamento de Epidemiologia. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil

Correspondência | Correspondence:

Rita Barradas Barata
Rua Dr. Cesário Mota Jr, 61
01221-020 São Paulo, SP, Brasil
E-mail: rita.barradasbarata@gmail.com

Recebido: 30/5/2012

Aprovado: 5/9/2013

Artigo disponível em português e inglês em:
www.scielo.br/rsp

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, diante dos processos econômicos que levaram ao rápido crescimento da desigualdade de renda e a novas formas de exclusão social, cientistas sociais buscaram formular modelos de operacionalização para o conceito de classes sociais que pudessem ser usados em pesquisas empíricas destinadas a documentar apropriadamente esses fenômenos.^{9,20,26,27}

A operacionalização do conceito de classe social ganhou destaque na América Latina e levou diversos pesquisadores a desenvolver modelos de operacionalização para sua utilização em pesquisas empíricas no campo da saúde.^{1,11} Entretanto, dificuldades conceituais e metodológicas diminuíram o interesse pelo tema nos anos 1990.²¹

A própria dinâmica social encarregou-se de recolocar a importância da análise de classes sociais. Os processos de globalização, associados ao aumento das situações de risco, em decorrência da erosão dos estados de bem-estar e restrições impostas às políticas sociais de garantia de emprego, renda mínima, previdência social, sistemas universais de saúde e outras, acabaram por reintroduzir a preocupação com as desigualdades sociais. Na última década, o interesse pelo estudo dos determinantes sociais e pela formulação de políticas públicas que reduzissem efetivamente as desigualdades sociais em saúde motivou a retomada da discussão do uso do conceito de classe social como um dos elementos-chave do processo de reprodução social.

Apesar da melhoria geral na situação de saúde, nos países de alta e média renda, e do aumento dos gastos públicos e privados com saúde, as desigualdades sociais não parecem estar diminuindo.

Classe social é uma categoria chave para o estudo da determinação social do processo saúde-doença. Os riscos tendem a se acumular de maneira desproporcional segundo as classes e suas posições na estrutura social. Quanto melhor a posição das classes na estrutura social, maior a probabilidade de que seus membros possam desfrutar de uma vida mais longa e mais saudável.²² Grupos socialmente em desvantagem na estrutura social enfrentam carga desproporcional de lesões, doenças e morte em comparação aos grupos melhor situados.²

Inegavelmente a posição de classe determina muitos aspectos da vida material dos indivíduos, definindo não apenas o acesso e a posse de recursos materiais, mas também as atividades da vida cotidiana e a vulnerabilidade em face de inúmeros determinantes de saúde e doença, além de influenciar a percepção dos problemas de saúde e a busca de soluções.

Este ensaio tem por objetivo destacar a pertinência do conceito de classe para estudos epidemiológicos; analisar as diferenças entre estratificação social

(abordagem funcionalista) e estrutura de classes (abordagem compreensiva ou dialética); discutir a densidade teórica do conceito em pesquisas empíricas no campo da saúde; relacionar os principais modelos de operacionalização disponíveis; e apontar limites e possibilidades do uso empírico do conceito nas pesquisas do campo da saúde.

ARGUMENTOS FAVORÁVEIS AO USO DO CONCEITO DE CLASSE SOCIAL EM PESQUISA EMPÍRICA

Os sociólogos Wright & Goldthorpe desenvolveram os esquemas conceituais e operacionais de classe social para aplicação em pesquisas empíricas mais consagradas na sociologia contemporânea.¹⁸

Wright²⁹ considera que talvez a questão mais importante na pesquisa sociológica contemporânea, para a qual a análise de classe pode oferecer respostas relevantes, seja a das desigualdades nas oportunidades e nos padrões materiais de vida. Segundo ele, praticamente todas as correntes de pensamento sociológico tratam da análise de classes, embora em cada uma das tradições as concepções possam ser diferentes.

Esse autor²⁷ enfatiza a necessidade da pesquisa empírica como recurso válido para a explicação dos fenômenos sociais, defende que não apenas na tradição da sociologia funcionalista as pesquisas quantitativas podem ser úteis e afirma que a teoria marxista é capaz de gerar proposições sobre o mundo real que podem ser estudadas empiricamente, tanto por meio de abordagens quantitativas quanto qualitativas.

Para Wright,²⁷ há diversos modos de determinação entre os conceitos ou categorias teóricas e os fenômenos empíricos que podem ser organizados em modelos. Estes nada mais são do que representações esquemáticas das interações entre esses modos de determinação em um dado processo estrutural. Os modelos podem ser vistos como mapas simbólicos ou totalidades estruturadas, usados para intermediar o conhecimento da realidade

Em trabalho posterior, Wright,²⁸ para defender a importância da pesquisa empírica, cita Bhaskar, que estabelece posição epistemológica intermediária entre o realismo ingênuo e o idealismo, e propõe a distinção entre três domínios da realidade: o real, o atual e o empírico, que corresponderiam a três categorias ontológicas: os mecanismos, os eventos e a experiência. Os mecanismos são os geradores dos eventos e, estes, conjuntamente com condições específicas de percepção e observação, geram as experiências. Assim, as teorias são vistas como pré-condições para a compreensão das

regularidades empíricas. Daí a importância concedida à formulação e operacionalização de conceitos.

O autor reafirma sua intenção de formular um conceito de estrutura de classe capaz de ser utilizado na análise de processos microsociais, i.e., aplicável ao estudo da vida cotidiana. O modelo de operacionalização será pensado para captar a estrutura de classes, que é um mecanismo real, ou seja, existe independentemente da teoria usada para estudá-lo.

Goldthorpe & Marshall⁶ partem de uma concepção *weberiana* de classe social e afirmam a importância da análise de classes no estudo das relações entre estrutura de classes e mobilidade social, desigualdades sociais e ação social. Para eles, a análise de classes constitui um programa de pesquisa que pode perfeitamente admitir teorias sociológicas distintas.

A condição de classe afeta os interesses materiais, as experiências de vida e a capacidade para a ação coletiva. Condiciona o acesso a recursos produtivos e molda as experiências no trabalho e no consumo, o que gera efeitos de segunda ordem sobre a saúde, as atitudes, o gosto, etc.¹⁸ Evidentemente, as desigualdades sociais não podem ser reduzidas às desigualdades de classe, porém as relações de classe têm papel decisivo na modulação de outras formas de desigualdades, como as desigualdades étnicas e de gênero.¹⁹

É exatamente nessa perspectiva que o conceito de classe pode ser útil em pesquisas epidemiológicas, pelas quais se pretende explicar as desigualdades sociais e identificar os efeitos que as posições de classe podem ter sobre diferentes aspectos do processo saúde-doença na dimensão populacional.

DIFERENTES ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS NA ANÁLISE DE CLASSES: ESTRATIFICAÇÃO X ESTRUTURA DE CLASSES

Todos os modos de análise de classes sociais podem potencialmente contribuir para melhor compreensão dos processos micro e macrossociais envolvidos na produção das desigualdades sociais.³⁰ Estas podem ser estudadas em termos atributivos ou em termos relacionais, enfocando predominantemente a distribuição dos atributos ou os processos estruturais de reprodução social.⁷

Muitos teóricos da análise de classes diferenciam os conceitos de estratificação e estrutura, reservando o termo estratificação para abordagens que identificam as classes a partir da distribuição dos atributos e condições materiais dos indivíduos, definindo os limites dos estratos de modo mais ou menos arbitrário ou por meio de medidas estatísticas de distribuição. O conceito de classe corresponderia a um “cluster” de atributos econômicos e sociais. A terminologia adotada nos modelos de estratificação costuma diferenciar entre

classes altas, médias e baixas, em consonância com o método de construção dos agrupamentos baseado na posição dos indivíduos em um “ranking” de valores contínuos. Do ponto de vista teórico, essas abordagens são mais úteis para propósitos descritivos.^{7,13,30}

Uma variante da estratificação é a classificação baseada no agrupamento de ocupações. Esta a modalidade de análise de classes baseia-se na concepção *durkheimiana* de divisão do trabalho. Os agrupamentos ocupacionais correspondem a determinados estilos de vida, práticas de consumo, associação para a luta por interesses comuns, percepções subjetivas, entre outros. O ponto de partida da classificação é a identificação de “unidades de ocupação”, quer dizer, um conjunto de trabalhos tecnicamente semelhantes institucionalizados no mercado de trabalho por meio de sindicatos ou associações, necessidade de determinadas licenças ou credenciais (títulos), conhecimento de ofício e outras características.⁸ Nesse sentido, a escolha de grupos de ocupações como categoria classificatória teria maior densidade explicativa do que variáveis como renda, escolaridade, riqueza, posse de bens materiais, etc.

As abordagens *weberianas* e marxistas analisam as classes como resultantes de relações sociais estruturais, i.e., a posição dos indivíduos na estrutura de classes é inerente a relações sociais institucionalizadas, não correspondendo à gradação em uma escala. Nessas abordagens, as classes são grupos qualitativamente distintos entre si.

Weber^{4,7,30} considera que o mercado é o principal determinante das oportunidades econômicas e sociais dos indivíduos. As relações no mercado de trabalho definem a estrutura de classes, enquanto outras relações sociais, que estabelecem distinções entre os indivíduos como as credências educacionais, a etnia, o gênero e a religião, definem a hierarquia de status.

Weber^{4,7,30} sugere que podem ser identificadas empiricamente quatro classes básicas nas sociedades capitalistas ocidentais. A primeira distinção ocorre entre os que têm a propriedade dos meios de produção e os que não têm. A segunda divisão depende do tipo de propriedade e do tipo de serviço oferecido no mercado. O esquema resultante compreende os empresários (grandes proprietários de meios de produção), a pequena burguesia (pequenos proprietários), trabalhadores com credenciais acadêmicas e trabalhadores cujo único bem é sua própria força de trabalho. Essas posições na estrutura de classes somam-se àquelas decorrentes das hierarquias de status e configuram a estrutura social, que determina o conjunto de oportunidades econômicas e sociais para os ocupantes das classes.

Na tradição marxista da análise de classes os mecanismos de dominação e exploração econômica são considerados os principais determinantes da estrutura

social resultante. As relações de exploração estabelecem um vínculo de dependência mútua entre exploradores e explorados que fundamenta as relações de classe. As relações de exploração são estruturantes do processo de reprodução social, determinando não apenas a posição dos indivíduos no processo de produção, mas também as regras de distribuição dos produtos e os padrões de consumo. As relações sociais de produção, portanto, são a soma dos direitos e poderes que os indivíduos possuem em função do modo de participação no processo produtivo.^{14,29,30}

Bourdieu³ discorda da formulação *weberiana* ao considerar que as diferenças de status são manifestações das posições de classe e delas não constitutivas do ponto de vista estrutural. Ele acredita que o mundo social pode ser descrito como um espaço construído por princípios de diferenciação e distribuição no qual os agentes são definidos por suas posições relativas nesse espaço.

O campo ou espaço social pode ser descrito como espaço multidimensional de posições definidas em função de um conjunto de coordenadas. Na primeira dimensão, as posições são definidas pelo volume de capital econômico e cultural dos agentes; na segunda, pela composição desse capital (peso relativo de cada tipo de capital); e na terceira, diferencia as posições de acordo com as trajetórias seguidas pelos agentes segundo a estabilidade ou alteração experimentada ao longo do tempo no volume e composição do capital.²⁵

Bourdieu postula uma relação intrínseca e necessária entre localização de classe e *habitus*, ou conjunto de disposições socialmente constituídas que se incorporam aos agentes em decorrência da experiência de pertencimento a determinada classe. A relação entre *habitus* e práticas cotidianas configuram estilos de vida que, por sua vez, constituem coletivos sociais ou grupos de status, diferenciados por limites simbólicos entre agentes ocupando diferentes posições na estrutura de classe.²⁵ Com base nas posições dos agentes no espaço social, é possível recortar classes, ou seja, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que submetidos a condicionamentos materiais semelhantes devem compartilhar interesses, atitudes e práticas sociais.³

Nas pesquisas em saúde as posições de classe são elementos chave na determinação do acesso a recursos sociais disponíveis para promoção, proteção e recuperação da saúde. As relações de classe têm consequências diretas e indiretas sobre a saúde. As relações entre classes e desfechos em saúde são mediadas por mecanismos complexos de exposição diferenciada a estressores, controle e autonomia nos processos de trabalho, participação na distribuição da riqueza, padrões de consumo, comportamentos, elaborações simbólicas e outros processos sociais existentes na vida cotidiana.^{23,24}

Na literatura em saúde pública observam-se três principais abordagens ao conceito de classe social: estratificação segundo variáveis econômicas ou sociais, classe social segundo a abordagem marxista ou classe social segundo a concepção de Bourdieu.³ Nos estudos de epidemiologia social, é mais frequente o recurso à estratificação social na qual a posição socioeconômica é indicada por variáveis diversas sem nenhuma referência explícita ao modelo teórico ou à corrente sociológica de explicação. Embora menos frequentes, existem exemplos de abordagens relacionais da estrutura de classes.¹³

POTENCIAL EXPLICATIVO DO CONCEITO DE CLASSE SOCIAL

Embora as medidas de estratificação social apresentem utilidade indiscutível na descrição e na predição da distribuição dos eventos e problemas de saúde, elas têm se mostrado menos apropriadas para a explicação dos mecanismos sociais que determinam a posição dos agentes sociais, nos diferentes gradientes analisados. Por isso, contribuem pouco para a compreensão dos determinantes sociais do processo saúde-doença.

Os conceitos relacionais de classe, em qualquer das suas abordagens teóricas, apresentam maior potencial explicativo. Estudos mostram que a estratificação e a estrutura de classes captam diferentes aspectos da desigualdade social em saúde e não são completamente equivalentes entre si.

As análises baseadas na estratificação social são mais coerentes com a noção de que os comportamentos em saúde dependem fundamentalmente do conhecimento sobre riscos e benefícios associados a determinados cursos de ação. As explicações derivadas das abordagens relacionais estabelecem conexão entre comportamentos e circunstâncias socioeconômicas pensando os comportamentos dos agentes individuais como determinados pelas condições estruturais. Na versão *weberiana*, a ênfase explicativa será posta na ideia de oportunidades diferentes associadas às diferentes formas de participação dos agentes no mercado.¹⁰

Na versão marxista e na perspectiva de Bourdieu,³ as condições materiais e simbólicas inerentes às relações sociais e relativas à posição dos agentes na estrutura ou no espaço social são determinantes para as atitudes, preferências, recursos, cursos de ação e, portanto, resultados para a saúde. As classes sociais exercem efeitos psicológicos pervasivos nos seus membros, modelando o modo com que os indivíduos constroem seu ambiente social e os comportamentos em relação aos outros.¹⁵

A noção de *habitus* é útil para superar a dualidade macro-micro e objetivo-subjetivo na análise de classes e suas repercussões sobre a saúde, pois se apresenta como mediadora entre a estrutura social (macro-organização

social) e os comportamentos de grupos ou indivíduos (nível micro). Por outro lado, ao articular o capital econômico (condições materiais) com o capital social e o capital cultural, permite superar a dualidade subjetivo-objetivo na análise de fenômenos sociais da vida cotidiana.³

O poder explicativo do conceito de classe nas pesquisas em saúde pode ser mostrado pela sua interação com variáveis preditoras, como idade, gênero, etnia e outras, todas modificadas ou subsumidas pela determinação das classes sociais.

As classes sociais explicam como as desigualdades sociais são geradas e estão na base da distribuição de determinantes sociais de saúde, como renda, condições de trabalho, acesso a serviços de saúde, dentre outros. Os conceitos relacionais significam potencialmente maior poder explicativo e maior densidade teórica na análise empírica em saúde em face das abordagens convencionais centradas na estratificação social.¹²

A análise de classes pode ser útil na explicação das desigualdades no estado de saúde e no perfil epidemiológico, como também dos distintos padrões de acesso e utilização de serviços e recursos de saúde em geral.

OS MODELOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE CLASSE SOCIAL

Além dos dois modelos consagrados na literatura sociológica, propostos por Goldthorpe⁷ e Wright,²⁷ foram revisados aqueles propostos por Singer,²⁰ adaptados por Barros,¹ para pesquisas em saúde, e o desenvolvido por Bronfman & Tuirán,⁵ adaptado por Lombardi et al.¹¹

O modelo desenvolvido por Goldthorpe⁷ é extensivamente usado nas análises empíricas de classe social, principalmente em pesquisas sociológicas de mobilidade social. Do ponto de vista teórico, esse modelo filia-se à concepção *weberiana* de classe social e busca estabelecer a classificação dos indivíduos a partir de distinções em relação a características de inserção no mercado de trabalho. O esquema é construído considerando, num primeiro nível, a situação no mercado, ou seja, agrupando ocupações comparáveis em relação às condições de emprego, fonte e nível de renda, segurança econômica e possibilidades de carreira. Um segundo nível de diferenciação leva em conta a situação de trabalho referente à posição no sistema de autoridade e ao grau de controle sobre o processo de trabalho. Um terceiro nível de diferenciação corresponde à situação de emprego, que considera o tipo de contrato, número de empregados e outras.^{4,7,17,18} O esquema resultante define três categorias e sete classes (Tabela 1).

É possível adotar um esquema resumido com quatro classes: classe de serviço (I+II), classes intermediárias (IIIa+V), trabalhadores manuais (IIIb+VI+VII) e pequena burguesia (IV).

Tabela 1. Esquema de classes de Goldthorpe⁷ (2010).

| |
|--|
| Classes de serviço |
| I – Profissionais com formação de nível superior, executivos e gestores de grandes empresas e grandes empregadores; |
| II – Profissionais, gerentes e administradores de pequenos estabelecimentos ou em posições de menor autoridade na hierarquia, como os supervisores de trabalhadores não manuais; |
| Classes médias |
| III – a) trabalhadores em atividades não manuais na administração ou no comércio; b) trabalhadores não manuais em atividades de segurança ou serviços pessoais; |
| IV – a) pequenos proprietários e artesãos com menos de 25 empregados; b) pequenos proprietários e artesãos sem empregados; c) agricultores e extrativistas por conta própria; |
| V – Supervisores de trabalhadores manuais; |
| Classes trabalhadora |
| VI – Trabalhadores manuais qualificados; |
| VII – a) trabalhadores manuais não qualificados do setor secundário ou terciário; b) trabalhadores manuais não qualificados do setor primário. |

A Sociedade Espanhola de Epidemiologia¹⁷ adaptou esse modelo para o uso em pesquisas no campo da saúde propondo um esquema com cinco classes (Tabela 2).

Wright²⁷ partiu da formulação de Poulantzas,¹⁶ que considera três eixos de determinação para as classes: o econômico, o político e o ideológico. O eixo econômico é definido pela polaridade na relação de exploração e pela diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo. Tanto no eixo político quanto no eixo ideológico as distinções são feitas a partir dos conceitos de dominação e subordinação. Uma dificuldade teórico-metodológica, a conceituação e operacionalização de trabalho produtivo e improdutivo, e uma constatação empírica, mais de 85% da população norte-americana economicamente ativa era classificada no proletariado, levaram Wright²⁷ a elaborar uma proposta alternativa nos marcos da teoria marxista de análise de classes.

Tabela 2. Esquema de Goldthorpe⁷ (2010) adaptado pela Sociedade Espanhola de Epidemiologia.

| |
|---|
| I – Executivos da administração pública ou de empresas com 10 ou mais empregados e profissionais com titulação superior ou pós-graduada; |
| II – Executivos de empresas com menos de 10 empregados, profissionais com titulação superior, técnicos de nível superior, artistas e desportistas; |
| III – a) empregados administrativos e de apoio à gestão administrativa ou financeira, trabalhadores no ramo de serviços pessoais ou segurança; b) autônomos; c) supervisores; |
| IV – a) trabalhadores manuais qualificados; b) trabalhadores manuais semiquualificados; |
| V – Trabalhadores não qualificados. |

Foram identificadas por Wright²⁷ três localizações claras na estrutura de classes derivadas das relações de exploração no sistema de produção capitalista: a burguesia (controle sobre investimentos, processo de acumulação, meios de produção e força de trabalho empregada), o proletariado (nenhum controle sobre os meios de produção) e a pequena burguesia (controle sobre investimentos e meios de produção, mas sem controle sobre a força de trabalho). Wright²⁷ propõe ainda outras três localizações que chama de contraditórias para dar conta do “problema das classes médias” nas sociedades modernas. Ele postula a existência de localizações contraditórias entre o proletariado e a burguesia (ocupações com distintos graus de controle sobre os meios de produção exercidas por trabalhadores assalariados); entre o proletariado e a pequena burguesia (empregados semiautônomos); e entre a pequena burguesia e a burguesia (pequenos empregadores).

Revedo sua proposição, Wright^{28,29} reformula seu modelo e coloca maior ênfase no conceito de exploração. Nessa perspectiva, a desigualdade na distribuição dos meios de produção constitui a base material para o sistema de exploração e acumulação capitalista. As relações sociais de produção determinam a configuração das classes sociais, e a contradição fundamental ocorre entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Entre os proprietários, ele propõe a estratificação em burguesia, pequenos empregadores e pequena burguesia de acordo com o número de empregados.

Os não proprietários dos meios de produção correspondem aos trabalhadores assalariados cuja localização pode ser feita a partir de dois eixos: as relações de dominação/subordinação no processo de produção e a posse de qualificações ou expertises. Wright^{27,28} considera que as relações de dominação também são constitutivas do processo de acumulação, porque assalariados com posições de dominação atuam como delegados dos capitalistas garantindo o processo de apropriação da mais-valia, além de, por meio de seus salários, se apropriarem de parte dessa mais-valia. A posse de credenciais educacionais ou expertise distingue parte dos assalariados em função de sua escassez no mercado de trabalho, mecanismo que permite a esses assalariados apropriarem-se também de parte da mais-valia.

Assim, teríamos um esquema com 12 classes definidas pela combinação dos três eixos (Tabela 3).

Santos¹⁸ utiliza essa classificação para dimensionar as classes sociais na população brasileira utilizando dados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD), mostrando a possibilidade de operacionalização com dados brasileiros.

No Brasil foram usados dois esquemas de operacionalização em pesquisas no campo da saúde. Um deles foi desenvolvido por Singer²⁰ para estudar a distribuição de renda no País e adaptado por Barros¹ para inquéritos domiciliares em saúde; o outro, desenvolvido por Bronfmam & Tuirán⁵ para estudos demográficos e adaptado por Lombardi et al,¹¹ para uso em pesquisas epidemiológicas.

Singer²⁰ elaborou um esquema de operacionalização de classes a partir de dados disponíveis no censo demográfico e na PNAD. Ele propõe um esquema de cinco classes definidas a partir da posição na ocupação, nível de renda, setor de atividade e ocupação.

O autor considera a existência de duas frações de classe na burguesia: a burguesia empresarial, formada pelos proprietários legais das empresas produtivas, e a burguesia gerencial, composta por executivos e técnicos encarregados da administração das empresas e administradores dos aparelhos de Estado (administração pública, universidades, fundações, órgão de pesquisa e outros).

A pequena burguesia é constituída pelos autônomos e pequenos empregadores. O proletariado é formado pelo conjunto de trabalhadores assalariados de todos os setores da economia, com exceção daqueles que compõem a burguesia gerencial. Finalmente, o subproletariado é formado pelos indivíduos com inserção precária no mundo do trabalho, como a população rural migrante, ocupações irregulares, autônomos sem negócio, desempregados, inválidos e outros. A estratégia de operacionalização adotada por Barros¹ na adaptação da proposta de Singer está apresentada na Tabela 4.

Bronfman & Tuirán⁵ desenvolveram esquema de operacionalização para a *Encuesta Nacional Demográfica de México*. A primeira dimensão da classificação é o

Tabela 3. Esquema de 12 classes proposto por Wrigth²⁷ (1978).

| Proprietários | | Não proprietários (trabalhadores) | | |
|--------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|---|
| Burguesia | Executivos | Gerentes | Gerentes não especializados | Controle sobre o processo de trabalho |
| Pequenos proprietários | Supervisores especialistas | Supervisores | Supervisores não especializados | Algum controle sobre o processo de trabalho |
| Pequena burguesia | Experts | Trabalhadores qualificados | Trabalhadores não qualificados | Sem controle sobre o processo de trabalho |
| Expertise e credenciais educacionais | | | | |

lugar ou posição no sistema de produção (condição de atividade, posição na ocupação, setor e ramo de atividade, ocupação e número de empregados). A segunda é a propriedade dos meios de produção. A terceira, o papel na organização social do trabalho (formação escolar e conhecimento de ofício) e a quarta, a participação na riqueza (salário e outras fontes de renda). A partir da combinação dessas dimensões, os autores chegam a um esquema de seis classes: burguesia, nova pequena burguesia, pequena burguesia tradicional, proletariado não típico, proletariado típico e subproletariado⁵ (Tabela 5).

Lombardi et al¹¹ compararam a estrutura de classes da população de Pelotas, RS, classificada segundo o esquema de Bronfman & Tuirán⁵ e aquele utilizado por Barros, observando que as principais discrepâncias ocorriam em relação: a) à redução do subproletariado em decorrência da reclassificação dos trabalhadores na agricultura e na construção civil, com conhecimento de ofício ou em funções administrativas para outras classes, bem como dos autônomos sem negócio, mas com conhecimento de ofício; b) ao aumento do proletariado pela incorporação dos reclassificados provenientes do subproletariado; e c) à reclassificação da burguesia gerencial como nova pequena burguesia.

De modo geral, esses são os esquemas hoje disponíveis para a operacionalização do conceito de classe em perspectiva relacional. Diferenciam-se das estratificações sociais baseadas no uso de variáveis socioeconômicas isoladas ou na composição ou síntese de um conjunto de variáveis socioeconômicas.

LIMITES E POSSIBILIDADES DOS ESQUEMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

O processo de operacionalização de qualquer conceito apresenta um conjunto de desafios conceituais, metodológicos e técnicos. Em se tratando de um conceito complexo como o de classe social, essas dificuldades são ainda maiores.

Na dimensão conceitual as limitações apontadas pelos autores ou críticos desses esquemas dizem respeito a três problemas principais: maior dificuldade em operacionalizar os aspectos políticos do conceito por comparação aos aspectos econômicos; definição dos limites do proletariado e das chamadas classes médias; dificuldade em selecionar variáveis empíricas capazes de apreender certos processos em seu caráter relacional, evitando a redução à simples estratificação.²²

Com relação ao primeiro problema há críticos que simplesmente consideram a impossibilidade de operacionalização do conceito de classe social. Afirmam que ele só adquire sentido como ferramenta teórica em análises macrosociais, conforme desenvolvido

Tabela 4. Estratégia de operacionalização do esquema de Singer¹⁹ (1981) adotado por Barros¹ (1986).

-
- a) Burguesia empresarial – composta pelos empregadores com cinco ou mais empregados e renda igual ou superior a nove salários mínimos;
 - b) Burguesia gerencial – assalariados com ocupações técnicas, profissionais com educação superior e executivos;
 - c) Pequena burguesia – empregadores com até quatro empregados e renda inferior a nove salários mínimos e autônomos com negócio estabelecido;
 - d) Proletariado – assalariados no setor de comércio, serviços ou indústria exceto construção civil;
 - e) Subproletariado – assalariados do setor agrícola, construção civil ou serviços domésticos, autônomos sem negócio e aqueles fora de população economicamente ativa.
-

por Marx, como categoria explicativa no materialismo histórico. Outros admitem a operacionalização, mas consideram que apenas os aspectos econômicos são passíveis de tradução empírica. Aqueles, como Wright²⁷ e Goldthorp,⁷ compreendem os aspectos econômicos e políticos como inseparáveis e creem na possibilidade de traduzir qualquer conceito teórico em uma série de mecanismos, eventos e experiências empíricas observáveis na realidade Solla.²²

Quanto às definições das classes, os problemas surgem na conceitualização do proletariado, na configuração das classes médias e na definição de frações da burguesia.²² Poulantzas¹⁶ propõe que apenas os trabalhadores

Tabela 5. Esquema de operacionalização de Bronfman & Tuirán⁵ (1984).

-
- I – Burguesia – Empregadores com cinco ou mais empregados e renda ≥ 15 salários mínimos;
 - II – Nova pequena burguesia – empregador com formação universitária com até quatro empregados e/ou renda < 15 salários mínimos; trabalhador por conta própria no setor industrial, comercial ou de prestação de serviços com formação universitária; e trabalhador assalariado com formação universitária ou em postos diretivos do setor industrial, comercial ou de prestação de serviços;
 - III – Pequena burguesia tradicional – empregador sem formação universitária com até quatro empregados e/ou renda < 15 salários mínimos; trabalhador por conta própria sem formação universitária com negócio ou conhecimento de ofício;
 - IV – Proletariado não típico – trabalhador assalariado sem formação universitária e postos diretivos atuando no setor industrial em atividades sem relação direta com a produção ou no setor de comércio e prestação de serviços;
 - V – Proletariado típico – trabalhador por conta própria na construção civil; trabalhador assalariado sem formação universitária e posto diretivo com conhecimento de ofício na construção civil ou em outros ramos industriais;
 - VI – Subproletariado – trabalhador por conta própria ou assalariado sem formação universitária, sem estabelecimento e sem conhecimento de ofício.
-

produtivos sejam classificados como proletários. Goldthorpe⁷ e Wright^{27,28} classificam como proletários os trabalhadores assalariados que não têm controle sobre o processo de trabalho e consideram difícil a separação empírica entre trabalho produtivo e improdutivo. Segundo Wright,²⁸ a delimitação das classes médias recebe dos autores os mais diversos tratamentos, incluindo desde a negação de sua existência, definição como fração das duas classes polares, conceituação como fenômeno novo não teorizado anteriormente na tradição da sociologia marxista ou compreensiva, até a concepção de localizações contraditórias formuladas por ele para solucionar o problema.

O terceiro problema, na esfera conceitual, refere-se à tradução de determinadas categorias de análise em variáveis empíricas. Conceitos como apropriação de mais-valia, autonomia e controle sobre as relações de produção, qualificações e credenciais educacionais e outros apresentam desafios na identificação e articulação de variáveis empíricas capazes de traduzi-los adequadamente.²²

Do ponto de vista metodológico, os principais problemas dizem respeito à classificação de segmentos da população não inseridos no processo produtivo, classificação de indivíduos ou grupos familiares e especificidades das formações sociais concretas.

Os diferentes autores reconhecem a necessidade de ajuste dos modelos às características de cada formação social e aos objetivos da pesquisa empírica. Todos os esquemas pressupõem a possibilidade de agrupamento em número menor ou maior de classes, dependendo do objeto da pesquisa.^{7,22,29}

As pessoas não inseridas diretamente no processo produtivo, como estudantes e donas de casa, podem ser classificadas por suas relações familiares (localização de classe mediada por vínculos familiares). Indivíduos permanentemente fora do mercado de trabalho podem ser agrupados, constituindo uma classe de “oprimidos”, i.e., pessoas excluídas das relações capitalistas de produção.^{7,27,30} Essas soluções não são igualmente satisfatórias e na aplicação empírica acabam suscitando novos problemas.

Outros problemas metodológicos importantes referem-se à trajetória de classe dos indivíduos ou apenas à situação atual; escolher para um indivíduo com inserções diferentes no processo produtivo aquela que o caracteriza; escolher dentre os membros de uma mesma família o membro que determinará a classificação do grupo ou compor uma classificação a partir das diferentes inserções de seus membros; equacionar a situação de classe das mulheres.²⁹ Esses aspectos são objeto de escolhas feitas pelos pesquisadores não sem consequências para os resultados empíricos obtidos.

Os modelos de operacionalização exigem amostras grandes capazes de proporcionar um número mínimo necessário para as análises estatísticas, de indivíduos de todas as classes e bancos de dados com variáveis suficientes e apropriadas à construção dos esquemas propostos.^{13,22} Esse é um dos aspectos que mais dificultam o uso ampliado desses esquemas de operacionalização.

É necessário estabelecer pontos de cortes relativamente arbitrários para algumas das variáveis utilizadas, como número de empregados, renda e outras, sem que existam justificativas plenamente convincentes.^{17,20}

Provavelmente o maior problema decorra do fato de a classe social ser determinante distal, cuja ação é mediada por inúmeras variáveis mais ou menos autônomas, que tem sua força relativamente enfraquecida após o controle dessas variáveis intervenientes nos modelos de regressão usados nas pesquisas em saúde.^{13,17,22} Os modelos de regressão são ferramentas úteis, porém rudimentares para tratar a complexidade da realidade social. Nesses modelos, as classes sociais acabam sendo incluídas como mais uma variável independente sem que seja possível modelar, ainda que aproximadamente, as relações de determinação e mediação entre ela e as demais variáveis intervenientes.

Apesar de todas as limitações listadas, a operacionalização do conceito de classe social reúne maior capacidade explicativa em face da fragmentação das análises estratificadas. A ampliação do uso desses esquemas permitirá avaliar até que ponto essa expectativa teórica se confirmará e possibilitará o acúmulo de experiências e soluções práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há diferentes correntes teóricas e diferentes modelos operacionais para a operacionalização do conceito de classes sociais visando seu uso em pesquisas empíricas.

Do ponto de vista teórico, todas as abordagens podem ser úteis no estudo das desigualdades sociais em saúde dependendo sua eleição dos autores de cada pesquisa. Nenhuma das teorias apresentadas poderia ser considerada falsa. Entretanto, algumas têm maior potencial explicativo do que outras, embora sirvam igualmente para a descrição dos fenômenos.

Conceitualmente, cada um dos modelos apresentados é coerente com a concepção teórica que os embasam. Também não há como optar por qualquer deles, descartando os demais.

Do ponto de vista do uso empírico, provavelmente será possível diferenciar os modelos. Mas essa será uma próxima etapa da pesquisa, na qual se pretende comparar empiricamente os modelos apresentados.

REFERÊNCIAS

- Barros MBA. A utilização do conceito de classe social nos estudos dos perfis epidemiológicos: uma proposta. *Rev Saude Publica*. 1986;20(4):269-73. DOI:10.1590/S0034-89101986000400001
- Blacksher CE. Healthcare disparities: the salience of social class. *Cam Q Healthc Ethics*. 2008;17(2):143-53. DOI:10.1017/S0963180108080171
- Bourdieu P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1989.
- Breen R. Foundations of a neo-Weberian class analysis. In: Wrigth EO, editors. *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press; 2005.
- Bronfman M, Tuirán RA. La desigualdade social ante la muerte: clases sociales y mortalidade en la ni-ez. *Cuad Med Soc*. 1984;29/30:53-75.
- Goldthorpe J, Marshall G. The promising future of class analysis: a response to recent critiques. *Sociology*. 1992;26(3):381-400. DOI:10.1177/0038038592026003002
- Goldthorpe J. Analysing social inequality: a critique of two recent contributions from economics and epidemiology. *Eur Sociol Rev*. 2010;26(6):731-44. DOI:10.1093/esr/jcp046
- Grusky D, Galescu G. Foundations of a neo-Durkheimian class analysis. In: Wrigth EO, editors. *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press; 2005.
- Kawachi I, Kennedy BP. The health of nations. New York: The New Press; 2002.
- Lindblad E, Lyttkens CH, Hanson BS, Östergren P, Isacson SO, Lindgren B. An economic and sociological interpretation of social differences in health-related behaviours and encounter as a guide to social epidemiology. *Soc Sci Med*. 1996;43(12):1817-27. DOI:10.1016/S0277-9536(96)00087-1
- Lombardi C, Bronfman M, Facchini LA, Victora CG, Barros FC, Beria JU, et al. Operacionalização do conceito de classe social em estudos epidemiológicos. *Rev Saude Publica*. 1988;22(4):253-65. DOI:10.1590/S0034-89101988000400001
- Muntaner C, Borrell C, Solá J, Marí-Dell'Olmo M, Chung H, Rodríguez-Sanz M, et al. Capitalists, managers, professionals and mortality: findings from the Barcelona social class and all cause mortality longitudinal study. *Scand J Public Health*. 2009;37(8):826-38. DOI:10.1177/1403494809346870
- Muntaner C, Borrell C, Vanroelen C, Chung H, Benach J, Kim IH, et al. Employment relations, social class and health: a review and analysis of conceptual and measurement alternatives. *Soc Sci Med*. 2010;71(12):2130-40. DOI:10.1016/j.socscimed.2010.09.038
- Muntaner C, Borrell C, Solá J, Marí-Dell'Olmo M, Chung H, Rodríguez-Sanz M, et al. Class relations and all causa mortality: a test of Wright's social class scheme using the Barcelona 2000 Health Interview Study. *Inter J Health Ser*. 2011;41(3):431-58. DOI:10.2190/HS.41.3.c
- Piff PK, Kraus MW, Cote S, Cheng BH, Keltner D. Having less, giving more: the influence of social class on prosocial behaviors. *J Pers Soc Psychol*. 2010;99(5):771-84. DOI:10.1037/a0020092
- Poulantzas N. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1978.
- Regidor E. La clasificación de clase social de Goldthorpe: marco de referencia para La propuesta de medición de La clase social Del grupo de trabajo de La Sociedad Española de Epidemiología. *Rev Esp Salud Publica*. 2001;75(1):13-22. DOI:10.1590/S1135-57272001000100003
- Santos JAF. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Dados*. 2005;48(1):21-65. DOI:10.1590/S0011-52582005000100003
- Santos JAF. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Rev Bras Ci Soc*. 2005;20(58):27-46. DOI:10.1590/S0102-69092005000200002
- Singer P. Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 1981.
- Solla JJSP. Problemas e limites da utilização do conceito de classe social em investigações epidemiológicas: uma revisão crítica da literatura. *Cad Saude Publica*. 1996;12(2):207-16. DOI:10.1590/S0102-311X1996000200009
- Solla JJSP. Diferenças nas propostas de operacionalização do conceito de classe social empregadas em estudos epidemiológicos. *Cad Saude Publica*. 1996;12(3):329-37. DOI:10.1590/S0102-311X1996000300006
- Vanroelen C, Levecque K, Moors G, Louckx F. Linking credentialled skills, social class, working conditions and self-reported health: a focus on health inequality –generating mechanisms. *Sociol Health Illn*. 2010;32(6):948-64. DOI:10.1111/j.1467-9566.2010.01260.x
- Veenstra G. Social space, social class and Bourdieu: health inequalities in British Columbia, Canada. *Health Place*. 2007;13(1):14-31. DOI:10.1016/j.healthplace.2005.09.011
- Weininger EB. Foundations of Pierre Bourdieu's class analysis. In: Wrigth EO, editor. *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press; 2005.
- Wilkinson RG. *Unhealthy Societies*. London: Routledge; 1996. DOI:10.4324/9780203421680
- Wrigth EO. *Class, crisis & the State*. London: Verso; 1978.
- Wright EO. *The debate on classes*. London: Verso; 1989.
- Wright EO. *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press; 2005. DOI:10.1017/CBO9780511488900
- Wrigth EO. Understanding class: towards an integrated approach. *New Left Rev*. 2009; 60:101-16.